BIRLA CARBON BRASIL LTDA.

CNPJ nº 02.634.915/0002-65

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025 - *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo/Circulante	Nota	2026	2025
Caixa e equivalentes de caixa	4	37.814	98.781
Contas a receber de clientes	5	125.043	230.526
Estoques	6	98.762	99.869
Impostos a recuperar	7	4.700	7.810
Outras contas a receber		19.684	18.552
Total ativo circulante		**286.003**	**455.538**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos a recuperar	7	14.147	8.543
Impostos diferidos		1.879	–
Empréstimos com partes relacionadas	8	91.258	93.346
Depósito judicial	15	17.200	61.691
Total realizável longo prazo		**124.483**	**163.580**
Imobilizado	9	191.034	177.947
Total ativo não circulante		**315.517**	**341.527**
Total do ativo		**601.520**	**797.065**

Passivo/Circulante	Nota	2026	2025
Fornecedores	10	102.787	94.288
Arrendamento a Pagar	11	304	534
Valores a pagar	8	125.598	9.126
Impostos e contribuições a recolher		13.765	14.201
Obrigações sociais e previdenciárias	12	14.740	14.603
Imposto de renda e contribuição social a pagar		8.223	22.536
Provisão para benefício pós-emprego	14	3.282	2.372
Provisões diversas e outras contas a pagar		26.027	75.850
Total passivo circulante		**294.725**	**233.510**
Não circulante			
Provisão para benefício pós-emprego	14	12.538	11.681
Provisão para contingências	15	785	55.053
Impostos diferidos	13	–	4.887
Arrendamento a pagar	11	1.075	1.139
Valores a pagar	8	10.006	10.845
Total passivo não circulante		**24.404**	**83.605**
Patrimônio líquido			
Capital social	16	204.120	204.120
Ajustes de avaliação patrimonial		(2.962)	(2.245)
Reserva incentivo fiscal		75.834	64.322
Lucros acumulados		5.400	213.753
		282.392	479.950
Total do passivo e patrimônio líquido		**601.520**	**797.065**

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

	Nota	2026	2025
Receita líquida	17	1.091.725	1.341.720
Custo dos produtos vendidos	18	(812.286)	(952.131)
Lucro bruto		**279.439**	**389.589**
Despesas de vendas		(4.181)	(4.305)
Despesas gerais e administrativas	19	(77.488)	(60.264)
Outras (despesas) receitas, líquidas		(434)	(394)
Resultado antes das despesas financeiras, líquidas e impostos		**197.337**	**324.626**
Receitas financeiras		13.013	37.316
Despesas financeiras		(34.891)	(22.668)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	20	**(21.877)**	**14.648**
Resultado antes dos impostos		**175.460**	**339.274**
Imposto de renda e contribuição social - correntes	13	(46.725)	(96.038)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	13	6.765	6.044
Lucro líquido do exercício		**135.500**	**249.280**

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

	2026	2025
Lucro líquido do exercício	**135.500**	**249.280**
(Perdas) atuariais	(717)	(1.977)
Resultado abrangente total	**134.783**	**247.303**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Reserva incentivo fiscal	Total
Saldos em 31/03/2024	**204.120**	**(268)**	**175.562**	**43.584**	**422.998**
(Perdas) atuariais	–	(1.977)	–	–	(1.977)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	–	–	(190.351)	–	(190.351)
Constituição reserva incentivo fiscal	–	–	(20.738)	20.738	–
Resultado do exercício	–	–	249.280	–	249.280
Saldos em 31/03/2025	**204.120**	**(2.245)**	**213.753**	**64.322**	**479.950**
(Perdas) atuariais	–	(717)	–	–	(717)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	–	–	(332.342)	–	(332.342)
Constituição reserva incentivo fiscal	–	–	(11.511)	11.511	–
Resultado do exercício	–	–	135.500	–	135.500
Saldos em 31/03/2026	**204.120**	**(2.962)**	**5.401**	**75.833**	**282.391**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2026	2025
Lucro líquido do exercício		**135.500**	**249.280**
Ajustes por:			
Depreciação	9	25.094	21.479
Variação cambial e juros sobre mútuos	5/8	2.012	(17.929)
Custo residual do ativo imobilizado baixado	9	434	395
Provisão de perda de crédito estimada	5	748	327
Provisão para benefício pós-emprego	14	1.050	943
Provisões (reversão) para estoques	6	276	225
Provisões para contingências	15	3.539	1.610
Despesas com IR e CS - corrente		46.725	96.038
Despesas com IR e CS - diferido	13	(6.765)	(6.044)
Outros		–	(2.066)
		208.612	344.258
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	5	104.811	(27.031)
Estoques	6	832	9.911
Impostos a recuperar	7	(2.495)	46.048
Depósito judicial	15	44.491	(97)
Outras contas a receber		(1.132)	(4.251)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	10	8.499	21.870
Obrigações sociais e previdenciárias	12	137	974
Impostos e contribuições a recolher		(436)	(98)
Pagamento de processos judiciais	15	(57.808)	(256)
Outras contas a pagar		(49.823)	51.722
Valores a pagar	8	115.633	(42.326)
Dividendos e juros sobre o capital próprio		(332.342)	(190.351)
IR e CS pagos		(61.039)	(97.196)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**(22.059)**	**113.177**
Fluxo de caixa das atividades investimentos			
Aquisições de bens do ativo imobilizado	9	(38.615)	(48.920)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		**(38.615)**	**(48.920)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Arrendamento financeiro	11	(293)	–
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		**(293)**	**–**
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa		**(60.967)**	**64.257**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		98.781	34.524
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		37.814	98.781
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa		**(60.967)**	**64.257**

Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

Transações que não envolveram caixa	2026	2025
Dividendos não pagos	(100.285)	–
Benefício pós-emprego	(717)	(1.977)
Investimentos de capital a pagar (CAPEX)	(457)	(1.528)
Arrendamento financeiro	–	1.843

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Birla Carbon Brasil Ltda. ("Empresa") é uma entidade domiciliada no Brasil. A Empresa possui um escritório central na cidade de Santos e duas plantas, sendo uma no município de Cubatão, no estado de São Paulo, e a outra no município de Camaçari, no estado da Bahia, ambas efetuam a produção de negro de fumo. A planta de Cubatão iniciou sua operação de negro de fumo em 1958, quando ainda pertencia à Copebrás, atual China Molybdenum Co., Ltd. (CMOC), e em 1996 passou a operar a sua unidade de geração de energia elétrica. A planta de Camaçari iniciou a operação de negro de fumo em 2007 e em 2010 foram concluídas as instalações da tubulação para a venda de gás residual de processo (*Tail Gas*). As fontes de receita são decorrentes da venda e da revenda de negro de fumo no mercado interno e mercado externo, bem como, venda de energia elétrica, vapor e gás residual de processo (*Tail Gas*). O negro de fumo é largamente aplicado como aditivo na borracha e seus derivados, tendo o setor automobilístico como principal mercado consumidor e o setor petroquímico como principal fornecedor de matéria-prima. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC. Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12 de junho de 2026. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***(i) Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas:*** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 13 - Impostos diferidos; • Nota Explicativa nº 14 - Provisão para benefício pós-emprego; • Nota Explicativa nº 15 - Provisão para contingências. **3. Políticas contábeis materiais:** A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. **b. Instrumentos financeiros:** ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente:*** *Instrumentos financeiros:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e nesse caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR): • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR): • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.* Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa. • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis. • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo. • Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo). *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas* • Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. • Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. • Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado. • Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado. *Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(iii) Desreconhecimento:*** *Ativos financeiros:* A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Empresa não registra o contas a receber ao seu valor presente por estimar que os valores não são significativos. A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros:* A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***(iv) Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Empresa não operou com instrumentos financeiros derivativos em 31 de março de 2026 e 2025. **c. Receita líquida:** ***Venda de produtos:*** A receita operacional da venda de mercadorias no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e os benefícios mais significativos inerentes à propriedade das mercadorias foram transferidas para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Empresa, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para vendas internacionais, depende do tipo de *incoterm* do contrato. **d. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As principais receitas financeiras abrangem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, empréstimos (mútuo) ativos e variações cambiais ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida com base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Empresa. As principais despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre cessão de recebíveis, juros calculados sobre capital próprio, multas, variações cambiais passivas e despesas bancárias. **e. Benefícios a empregados:** ***Benefícios de curto prazo a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. ***Planos de benefício pós-emprego:*** A Empresa é patrocinadora de planos de pensão de contribuição definida para os funcionários do quadro atual, e de benefício definido para funcionários aposentados que adquiriram esse plano. A obrigação líquida da Empresa quanto aos planos de benefício pós-emprego é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. O cálculo da obrigação de plano de benefício é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Empresa. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada aos serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem um direito adquirido (*vested*). Na medida em que os benefícios sejam um direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado. **f. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtivo presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **g. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. ***(i) Imposto corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto corrente ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos. ***(ii) Imposto diferido:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras. **h. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade de normal de operação. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **i. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos no resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. ***(iii) Depreciação:*** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, mesmo quando construídos internamente. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação geralmente é reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

Edifícios	20 - 30 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	12 - 15 anos
Máquinas, equipamentos (reatores)	01 - 20 anos
Móveis e utensílios	12 - 15 anos
Equipamentos de informática	03 - 05 anos
Veículos	03 - 05 anos

Os métodos de depreciação das vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **j. Redução ao valor recuperável de ativos *(impairment)*: *(i) Ativos financeiros não derivativos:*** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável (*impairment*). Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor. • Indicativos de que o devedor ou o emissor irá entrar em falência. • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores. A Empresa considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Empresa utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado do exercício e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica a reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. ***(ii) Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, , são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados aos seus valores presentes usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **k. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. ***(i) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:*** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Empresa ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Empresa a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Empresa também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. ***(ii) Outras normas:*** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7),• Classificação e mensuração de instrumentos financeiras (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2026	2025
Bancos	6.103	57.438
Aplicações financeiras	31.711	41.343
	37.814	**98.781**

O saldo de aplicações financeiras em 31 de março de 2026 é relacionado às contas do Banco Bradesco, JP Morgan, Citibank e Banco Itaú, com remuneração que varia de 20% a 30% a.a. do CDI, exceto Banco Itaú que tem como remuneração o prazo de permanência do recurso aplicado variando entre 2% e 100% do DI CETIP, para o período, manteve-se com a mesma remuneração.

5. Contas a receber de clientes:

	2026	2025
No país **(i)**	130.578	233.878
No exterior	4.361	5.742
Partes relacionadas **(ii)** (Nota 8)	–	53
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa **(iii)**	(9.896)	(9.147)
	125.043	**230.526**

(i) Cessão de crédito: A fim de atender à necessidade de capital de giro através da cessão de recebíveis, bem como o alongamento do prazo no faturamento de vendas para operações específicas de determinados clientes do mercado interno, são fechadas operações de cessão de crédito sem coobrigação (sem direito de regresso) negociada entre a Empresa, o cliente, bancos e fundos de investimento de direito creditório (FIDCs) de relacionamento comum, nas quais a Empresa cede as duplicatas/títulos de sua emissão a essas entidades, bancos e FID. Em decorrência da ausência de coobrigação na cessão desses títulos, a Empresa está desobrigada integralmente de cobrir junto aos bancos qualquer eventual valor não quitado pelos clientes. Como consequência, os títulos negociados sob essa condição são baixados do saldo de contas a receber imediatamente após a entrada dos recursos financeiros em nossa conta bancária. **(ii)** Contas a receber com partes relacionadas: O saldo de conta a receber com partes relacionadas em 2025, decorrente da exportação de Negro de Fumo à Empresa ligada Birla Carbon U.S.A., Inc. - North Bend foi liquidado no decorrer de 2025. **(iii)** Provisão para créditos de liquidação duvidosas: A Empresa efetuou avaliação da realização dos ativos financeiros, verificando a necessidade de registrar estimativa com perda no recebimento de títulos a receber. A referida avaliação foi baseada na análise retrospectiva de perdas incorridas nos oito últimos exercícios sociais e perdas esperadas. O vencimento das contas a receber na data das demonstrações financeiras em 31 de março está assim demonstrado:

	2026	2025
A vencer	124.825	225.537
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa **(iii)**	(584)	(877)
Vencidos		
Até 30 dias	437	793
Entre 31 e 60 dias	225	687
Entre 61 e 120 dias	1	–
Maior 120 dias	9.451	12.656
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa **(iii)**	(9.312)	(8.270)
	125.043	**230.526**

O movimento da provisão para perda de crédito esperada durante o ano foi o seguinte:

Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2026	2025
Saldo inicial	(9.148)	(8.820)
Provisão	(748)	(327)
Saldo final	**(9.896)**	**(9.147)**

Em 31 de março de 2026, a Empresa realizou uma nova constituição de provisão para perda de crédito esperada decorrente ao aumento de risco de crédito de determinado cliente.

6. Estoques:

	2026	2025
Produtos acabados	44.278	45.471
Matérias-primas	12.464	18.778
Almoxarifado	42.020	35.620
	98.762	**99.869**

O montante de provisão para perdas de estoques, alocado no estoque em 31 de março de 2026, foi de R$ 506 (R$ 230 em 2025), saldo substancialmente registrado na linha de almoxarifado.

Provisão para perdas de estoques	2026	2025
Saldo inicial	(230)	(5)
Provisão	(1.098)	(914)
Reversão/utilização	822	689
Saldo final	**(506)**	**(230)**

7. Impostos a recuperar:

	2026	2025
PIS	411	1.282
COFINS	1.894	4.985
ICMS	16.148	9.793
Outros	394	293
Saldo final	**18.847**	**16.353**
Circulante	4.700	7.810
Não circulante	14.147	8.543
Total	**18.847**	**16.353**

Em outubro de 2022, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) reconheceu o enquadramento da planta de Camaçari no benefício fiscal para a redução do IRPJ (lucro da exploração). A Administração da Empresa monitora continuadamente a realização dos créditos acumulados do ICMS da planta de Camaçari, cuja origem está relacionada com operações de transferência de produtos acabados da planta de Cubatão para a planta de Camaçari no passado, combinado com as aquisições de matéria-prima tributada e saídas não tributadas no presente, e entende que tais créditos serão integralmente realizados em operações de venda de negro de fumo relacionados com as premissas de seu modelo de operação. Destaca-se a mudança na estrutura de vendas e o atendimento aos clientes de outros Estados, com a transferência do fluxo de fornecimento de produtos da fábrica de Cubatão para a fábrica de Camaçari, otimizando assim a realização do crédito acumulado.

8. Partes relacionadas:

	2026	2025
Ativo circulante		
Contas a receber e outras contas a receber		
Birla Carbon U.S.A., Inc. - Marietta	352	387
Birla Carbon U.S.A., Inc. - North Bend	–	53
Birla Carbon U.S.A., Inc. - Hickok US	–	52
Total ativo circulante	**352**	**492**
Ativo não circulante		
Empréstimo **(i)**		
Indigold Carbon Hungary LLC	91.258	93.346
Total ativo não circulante	**91.258**	**93.346**
Passivo circulante		
Royalty a pagar **(ii)**		
Columbian Intl. Chemical Corp.	1.183	2.446
Subtotal	**1.183**	**2.446**
Contas a pagar		
CC Holdco (Luxembourg) S.à. r.l. **(iii)**	104.050	6.673
Birla Carbon Italy S.R.L.	316	–
Indigold Carbon Cooperatif UA	104	7
Birla Carbon Korea Co, Ltd.	162	–
Birla Carbon Canada Ltd. - Canada	111	–
Birla Carbon U.S.A., Inc. ***(iii)***	19.672	–
Subtotal	**124.415**	**6.680**
Total passivo circulante	**125.598**	**9.126**
Não circulante		
Contas a pagar		
Birla Carbon U.S.A., Inc. - Marietta	9.995	10.833
Birla Carbon North Bend US	11	12
Total passivo não circulante	**10.006**	**10.845**

	2026	2025
Receita venda mercadorias		
Birla Carbon U.S.A., Inc. - North Bend **(iv)**	(1.769)	33.769
Birla Carbon U.S.A., Inc. **(iv)**	(48)	1.432
Subtotal	**(1.817)**	**35.201**
Receita de juros mútuo (i)		
Indigold Carbon Hungary LLC	6.281	9.204
Subtotal	**6.281**	**9.204**
Total receita	**4.464**	**44.405**
Despesa		
Despesa de *royalty* **(ii)**		
Columbian Intl. Chemical Corp.	25.050	30.350
Total despesa	**25.050**	**30.350**

(i) Contratos de empréstimos: Refere-se a empréstimo com Indigold Carbon Hungary LLC, equivalente a R$ 46.210 (U$$ 12.000), remunerados à taxa Libor anual e spread de 3%, sendo os juros e o principal liquidados até 01 de abril de 2029. **(ii)** Contratos de royalties: Para fornecimento de tecnologia industrial para a produção de negro de fumo a Empresa remunera a coligada estrangeira (Columbian Intl. Chemical Corp.) com um percentual sobre a receita líquida das vendas de produtos para terceiros, conforme estabelecido nos contratos averbados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). **(iii)** Contas a Pagar: Durante o exercício de 2026, a Empresa registrou trimestralmente Juros sobre capital próprio no total de R$ 18.305, como também registrou o montante de R$ 314.038 a título de dividendos para as empresas CC Holdco (Luxembourg) S.à r.l e Indigold Carbon Hungary LLC (R$ 313.723 e R$ 314), sendo R$213.753 liquidados durante o período e R$ 100.285 registrado como dividendos (intercalares) a pagar. Há também o registro mensal do HQ Rebill desde dezembro de 2025 para a empresa Birla Carbon U.S.A., IN totalizando o valor de R$ 19.672 a pagar. **(iv)** Receita venda mercadorias: Variação decorrente de ajuste de preço de transferência em relação às exportações para as empresas ligadas Birla Carbon U.S.A., Inc. - North Bend e Birla Carbon U.S.A. - Hartley Oil, no período de abril de 2023 a dezembro de 2024. A remuneração dos diretores foi de R$4.352 no exercício findo em 31 de março de 2026 (R$4.048 em 2025).

	2026	2025
Salários, encargos e outras contribuições a curto prazo	3.944	3.668
Benefícios pós-emprego	408	380
Total	**4.352**	**4.048**

Compromissos: A Empresa assumiu compromissos para a compra de ativos relacionados a máquinas equipamentos, cujo registro contábil ainda não foi efetuado em virtude do não recebimento do material e/ou pela não prestação efetiva do serviço. Em 31 de março de 2026, os referidos compromissos totalizam R$ 458 (R$ 2.825 em 2025).

9. Imobilizado:

	Terrenos	Edifícios (ii)	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos informática	Veículos	Obras em andamento (i)	Total
Saldo em 31 de março de 2024	**3.668**	**11.545**	**110.799**	**291**	**529**	**608**	**20.090**	**147.530**
Aquisições	–	1.843	–	–	–	–	50.448	52.291
Baixas	–	–	(369)	(13)	(13)	–	–	(395)
Transferências	–	1.323	36.585	113	2.509	–	(40.530)	–
Depreciação	–	(1.240)	(19.580)	(42)	(420)	(197)	–	(21.479)
Saldo em 31 de março de 2025	**3.668**	**13.471**	**127.435**	**349**	**2.605**	**411**	**30.008**	**177.947**
Aquisições	–	–	–	–	–	–	38.615	38.615
Baixas	–	–	(433)	–	(1)	–	–	(434)
Transferências	–	3.401	36.216	267	2.688	–	(42.572)	–
Depreciação	–	(1.336)	(22.735)	(67)	(819)	(138)	–	(25.094)
Saldo em 31 de março de 2026	**3.668**	**15.536**	**140.484**	**549**	**4.474**	**273**	**26.051**	**191.034**

(i) O imobilizado em andamento é composto basicamente por gastos com projetos de reforma e substituição de componentes das unidades produtivas e alguns outros de modernização de parte do processo produtivo. **(ii)** A Empresa possui contrato de arrendamento de Edifício utilizado em suas operações. De acordo com o CPC 06 esse contrato é reconhecido no Ativo Imobilizado como direito de uso, no montante líquido de R$1.229, e no Passivo como obrigações de arrendamento a pagar, totalizando R$1.379 em 31 de março de 2026.

10. Fornecedores:

	2026	2025
Fornecedores compra de insumos	82.697	64.191
Outras contas a pagar	14.553	23.696
Provisão compromissos imobilizado	118	2.724
Provisões gastos manutenção	2.415	2.714
Outras provisões	3.004	963
Total	**102.787**	**94.288**

11. Arrendamento a pagar:

	Passivos de Arrendamentos
Saldo em 31 de março de 2025	**1.673**
Contratação	–
Pagamentos	(294)
Saldo em 31 de março de 2026	**1.379**
Passivo circulante	304
Passivo não circulante	1.075

12. Obrigações sociais e previdenciárias:

	2026	2025
Participação resultados	6.024	5.832
Férias	6.851	6.902
13º salário	890	862
INSS	911	943
Outros	64	64
	14.740	**14.603**

13. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL): a. Imposto de renda e contribuição social: A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculadas pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de março, está apresentada como segue:

	2026	2025
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	175.460	339.274
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(59.656)	(115.353)
Diferenças permanentes		
Incentivo fiscal	11.512	20.738
Juros sobre capital próprio	6.223	5.028
Benefícios incentivados (PAT)	547	507
Juros selic sobre indébito tributário	465	–
Outros	949	(914)
Total diferenças permanentes	18.781	25.360
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(46.725)	(96.038)
Diferido	6.765	6.044
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(39.960)	(89.994)
Alíquota efetiva	23%	27%

b. Composição dos impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis, as diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2026	Mov.	2025
Provisão para PLR	2.048	65	1.983
Variação cambial	(4.980)	2.688	(7.668)
Exclusão do ICMS base de cálculo PIS/COFINS	–	–	–
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	3.364	254	3.110
Depreciação	(4.732)	2.946	(7.678)
Provisão plano atuarial	5.379	601	4.778
Outras provisões	799	211	588
Total	**1.878**	**6.765**	**(4.887)**

14. Provisão para benefício pós emprego:

	Indenização assistencial 2026	Indenização assistencial 2025	Assistência médica 2026	Assistência médica 2025
Saldo em 1º de abril	**12.875**	**9.925**	**1.178**	**1.208**
Incluídos no resultado				
Custo do serviço corrente	2.201	1.480	163	142
Incluídos em outros resultados abrangentes				
Ganhos/Perdas atuariais	600	2.129	117	(152)
Outros				
Benefícios pagos	(1.302)	(659)	(12)	(20)
Saldo em 31 de março	**14.374**	**12.875**	**1.446**	**1.178**

	2026	2025
Indenização Assistencial	14.374	12.875
Assistência Médica	1.446	1.178
	15.820	**14.053**
Circulante	3.282	2.372
Não Circulante	12.538	11.681
	15.820	**14.053**

A Empresa é patrocinadora de um plano de previdência complementar aos seus empregados. O plano é gerido pela Fundambras Sociedade de Previdência Privada ("Fundambras"), entidade de previdência complementar com sede em Belo Horizonte - MG, entidade através da qual a Empresa oferta esse benefício a seus empregados com o objetivo de complementar o regime geral da previdência social através de uma suplementação de renda pós-carreira. Os planos de aposentadoria suplementar da Fundambras foram estruturados em dois tipos de planos custeados da seguinte forma: • Plano básico - a Empresa efetua a contribuição: 1) em conta coletiva para os empregados que, em 2026, receberam até 12,5 UCF's (Unidade de Contribuição Fundambrás); 2) a Empresa efetua uma contribuição individual para os empregados que tenham salário de participação igual ou superior a 12,5 UCF's. Nesses exercícios sociais as contribuições feitas pela Empresa ao plano, no plano básico, somaram R$ 1.378 e R$ 1.380, respectivamente. • Plano suplementar - os empregados podem decidir efetuar uma contribuição adicional ao plano, entre 1% e 5%, e, nesse caso, a Empresa também efetua uma contrapartida no plano igual a 50% da contribuição do participante. As contribuições ao plano suplementar por parte da Empresa somaram R$ 786 e R$ 743, respectivamente. A Empresa custeia integralmente (mensalmente) as despesas administrativas do plano enquanto o empregado for um participante ativo. O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade de disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. **a. Contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. A Empresa patrocina um plano de benefício e aposentadoria, de renda financeira, que contempla 139 assistidos, sendo 57 assistidos do plano básico e 82 assistidos do plano suplementar. **b. Plano de benefício definido:** A obrigação líquida da Empresa para os planos de benefício definidos é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. A Empresa patrocina um plano de benefício e aposentadoria, de renda vitalícia, que contempla 20 assistidos, 10 assistidos do plano básico e 10 assistidos do plano suplementar. O passivo atuarial referente a esse plano, reconhecido em 31 de março de 2026 e 2025, é de R$ 0, respectivamente. **c. Outros planos de benefícios a empregados:** Plano de Assistência Médica será garantido ao empregado desligado por regime de aposentadoria pela Previdência Social (INSS), bem como para os dependentes legais no ato da demissão, durante o período limite de 24 meses, sendo custeado 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade pela Empresa e 50% (cinquenta por cento) pelo empregado desligado, conforme Convenção Coletiva de Trabalho negociada com o Sindicato dos Trabalhadores da categoria dos estabelecimentos de Santos e Cubatão, no Estado de São Paulo. Os empregados demitidos por aposentadoria do estabelecimento de Camaçari, no Estado da Bahia, possuem o mesmo sistema de benefício por liberalidade da Empresa. Seguro de Vida de Acidentes Pessoais (APC) é concedido, no ato da demissão, como benefício opcional aos empregados desligados por aposentadoria pela Previdência Social e o custeio de 100% do valor da mensalidade do seguro é de responsabilidade do segurado (empregado aposentado), abrangendo os três estabelecimentos. **d. Premissas atuariais:** As principais premissas atuariais, em 31 de março, são as seguintes:

Hipóteses econômicas	2026	2025
Taxa de desconto	7,38% p.a. (*plus inflation*)	7,76% a.a. (*plus inflation*)
Taxa de retorno esperado dos ativos	NA	NA
Crescimentos salariais futuros	2,00% a.a. (*plus inflation*)	2,00% a.a. (*plus inflation*)
Inflação	3,50% a.a.	3,75% a.a.
Hipóteses demográficas		
Tábua de mortalidade	2012 IAM Basic Table	2012 IAM Basic Table
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca amenizada em 70%	Light Fraca amenizada em 70%

15. Provisão para contingências e depósitos judiciais: A Empresa apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais relacionados a contingências:

Provisões	2026	2025
Contingências trabalhistas	785	373
Contingências tributárias	–	54.680
Total	**785**	**55.053**
Depósitos judiciais		
Trabalhistas e previdenciários	1.013	1.033
Tributário	16.187	60.658
Total	**17.200**	**61.691**

Provisões para contingências	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 31 de março de 2024	**596**	**53.103**	**53.699**
Adições/atualizações	33	1.577	1.610
Baixas por pagamentos	(256)	–	(256)
Saldo em 31 de março de 2025	**373**	**54.680**	**55.053**
Adições/atualizações	3.540	–	3.540
Baixas por pagamentos	(3.128)	(54.680)	(57.808)
Saldo em 31 de março de 2026	**785**	**–**	**785**

Depósitos judiciais	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 31 de março de 2024	**936**	**58.878**	**59.814**
Adições/atualizações	233	1.780	2.013
Baixas	(136)	–	(136)
Saldo em 31 de março de 2025	**1.033**	**60.658**	**61.691**
Adições/atualizações	2.967	16.187	19.154
Baixas	(2.987)	(60.658)	(63.645)
Saldo em 31 de março de 2026	**1.013**	**16.187**	**17.200**

Natureza das contingências: A Empresa é parte envolvida em processos trabalhistas, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais ou depósitos recursais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue: ***(i) Tributárias:*** • Tributárias - o saldo em 31 de março de 2025 referia-se, principalmente, à discussão quanto à adequada interpretação da Lei nº 9.718/98, relativa à majoração da alíquota e da extensão da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Havia depósito judicial das parcelas controversas, identificadas no montante de R$60.658K e provisão de contingência no valor de R$54.680K. Em 2025 o processo foi extinto e arquivado, com a conversão em renda da união para o processo de majoração da alíquota, combinado com o levantamento do depósito judicial no valor de R$ 7.622 referente ao processo de extensão da base. Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo o risco de perda possível no montante de R$272.854 (R$267.146 em 31 de março de 2025), que se referem substancialmente a causas tributárias, e, portanto, nenhuma provisão para contingência foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Sendo os mais relevantes: IRPJ e CSLL - Autuações decorrentes da dedução da amortização, no período de 2010 e 2011, de ágios originados de aquisições de participações societárias ocorridas em 2006. Os processos estão na fase administrativa e judicial, tendo a Empresa oferecido seguro garantia no montante integral do valor judicializado. ***(ii) Trabalhistas:*** • Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo o risco de perda possível no montante de R$ 7.110 (R$ 7.110 em 31 de março de 2025), que se referem a causas trabalhistas, e, portanto, nenhuma provisão para contingência foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. **16. Patrimônio líquido: Capital autorizado:** Em 31 de março de 2026 e 2025, o capital social da Empresa estava dividido em 2.041.200.000 quotas de R$ 0,10 cada uma e distribuído entre os seguintes quotistas:

	Cotas	Capital social
CC Holdco (Luxembourg) S.A.R.L	2.039.158.800	203.916
Indigold (Netherlands) B.V.	2.041.200	204
Total do capital social	**2.041.200.000**	**204.120**

Os sócios, representando a totalidade do capital social da Empresa, por meio de reunião ordinária de sócios decidiram autorizar a distribuição de dividendos em 02 de junho de 2025 no montante de R$ 213.753 (U$$ 37.832) e em reunião extraordinária em 16 de dezembro de 2025, o montante de R$ 100.285 (U$$ 18.334). Em 17 de junho de 2025 pago o montante de R$ 55.043, em 24 de setembro de 2025 R$ 31.870 e em 08 de dezembro de 2025 R$ 126.840. O Juros sobre Capital Próprio foi registrado trimestralmente conforme segue: Em junho de 2025 no montante de R$ 4.414 (ata registrada em 14 de julho de 2025 e liquidado em 02 de setembro de 2025), em setembro de 2025 R$ 4.573, em dezembro de 2025 R$ 4.628 (ata registrada em 21 de janeiro de 2026 e ambos liquidados em 30 de março de 2026) e em março de 2026 R$ 4.690 pendente de liquidação.

17. Receita líquida:

	2026	2025
Receita operacional bruta	1.478.173	1.818.173
Tributos sobre venda	(268.751)	(320.500)
Devoluções de venda	(4.640)	(1.472)
Abatimentos de venda	(106.633)	(135.188)
Frete sobre vendas	(6.424)	(19.293)
Receita operacional líquida	**1.091.725**	**1.341.720**

A Empresa vende os seus produtos no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por produto vendido. Quanto à natureza dos produtos vendidos, a receita líquida tem a seguinte composição:

	2026	2025
Receita venda negro de fumo mercado doméstico	1.050.581	1.212.261
Receita venda negro de fumo exportação	17.453	104.650
Receita sucatas e outros	503	657
Receita venda utilidades	23.188	24.152
Total	**1.091.725**	**1.341.720**

18. Custo dos produtos vendidos:

	2026	2025
Matéria-prima, embalagem e outros materiais	(580.261)	(712.591)
Gastos com pessoal	(69.867)	(66.685)
Manutenção	(71.528)	(82.837)
Depreciação	(24.073)	(20.617)
Serviços, locações e seguros	(34.733)	(33.796)
Utilidades	(21.864)	(26.100)
Outros	(10.359)	(9.505)
	(812.685)	**(952.131)**

19. Despesas gerais e administrativas:

	2026	2025
Gasto com pessoal	(14.943)	(14.927)
Depreciação	(994)	(823)
Serviços, locações e seguros	(8.288)	(9.519)
Royalties	(24.534)	(30.263)
Serviços compartilhados **(i)**	(24.001)	–
Outros	(4.329)	(4.732)
	(77.089)	**(60.264)**

(i) A Empresa compartilha determinados serviços corporativos centralizados, relacionados com as áreas de Recursos Humanos, Jurídico, Gerenciamento Estratégico, Financeiro, Sistema de Informação, Cadeia de Suprimentos e demais funções de apoio à gestão.

20. Despesas financeiras líquidas:

	2026	2025
Receitas financeiras: Variação cambial	877	23.191
Encargos e juros	12.136	14.125
	13.013	**37.316**
Despesas financeiras: Variação cambial	(9.191)	(966)
Encargos e juros	(25.662)	(21.641)
Outros	(37)	(61)
	(34.890)	**(22.668)**
	(21.877)	**14.648**

21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e as estratégias definidas pela Administração da Empresa. **Visão geral:** A Empresa está exposta aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco de taxa de câmbio; • Risco operacional. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa relacionada a cada um dos riscos acima e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Empresa. **Estrutura de gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco da Empresa foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes. Para o saldo do contas a receber o risco é baixo e a Empresa faz o acompanhamento do saldo em aberto constantemente. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	2026	2025
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4)	37.814	98.781
Contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 5)	125.043	230.526
Outras contas a receber	19.684	18.552
Empréstimos com partes relacionadas	91.258	93.346
Total	**273.799**	**441.205**

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa. Tipicamente, a Empresa garante que possui caixa e equivalentes de caixa suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras. A Empresa como um todo não teve a necessidade, assim como não é projetada a captação (empréstimos) de recursos financeiros com instituições financeiras externas. A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

2026	Valor contábil	Total	Até 1 ano	Após 1 ano
Fornecedores (Nota Explicativa nº 11)	102.787	102.787	102.787	–
Contas a pagar com parte relacionada (NE nº 8)	135.604	135.604	125.598	10.006
	238.391	**238.391**	**228.385**	**10.006**

2025	Valor contábil	Total	Até 1 ano	Após 1 ano
Fornecedores (Nota Explicativa nº 11)	94.288	94.288	94.288	–
Contas a pagar com parte relacionada (NE nº 8)	19.971	19.971	9.126	10.845
	114.259	**114.259**	**103.414**	**10.845**

Risco de mercado: Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros e câmbio incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Empresa não possui ativos ou passivos significativos sujeitos à variação de taxa de juros e, com relação à taxa de câmbio, a Empresa adota o procedimento de avaliar periodicamente as flutuações nas taxas de câmbio, visando a minimizar eventuais riscos. A Empresa não opera com instrumentos financeiros derivativos. **Risco de taxa de juros: *Exposição e análise de sensibilidade de variações na taxa de juros:*** A Empresa está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em operações de mútuos a pagar. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Empresa era:

	Valor contábil 2026	Valor contábil 2025
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4)	31.711	41.343
Empréstimos com partes relacionadas	91.258	93.346
Total	**122.969**	**134.689**
Passivos financeiros		
Contas a pagar para parte relacionadas	135.604	19.971
Total	**135.604**	**19.971**

Análise de sensibilidade taxa de juros: Dada a característica dos ativos e passivos financeiros expostos a esse risco, bem como a exposição líquida apresentada acima, a Administração entende que essa exposição não acarretaria nenhum impacto significativo no resultado da Empresa decorrente de oscilações nas taxas de juros. **Risco cambial: *Exposição e análise de sensibilidade de variações na taxa de câmbio:*** A Empresa está sujeita ao risco de moeda nas vendas e compras denominadas em uma moeda diferente da sua moeda funcional. Atualmente, a Empresa não possui derivativos ou outros instrumentos financeiros para se proteger do risco de moeda, tais como a contratação de operações de *hedge*, em razão da Administração da Empresa entender que esse risco não é significativo. Os principais montantes da Empresa não são recebíveis em USD, porém a Empresa adota o procedimento de avaliar periodicamente as flutuações nas taxas de câmbio, visando minimizar eventuais riscos. Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Empresa avalia que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio, a Administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários possível e provável representam, respectivamente, uma deterioração de 15% e 30% em relação ao cenário provável. Os percentuais de estresse utilizados na análise de sensibilidade, embora sejam remotos, a Administração entende que são cenários que podem ocorrer e, portanto, estão sendo utilizados como referência para as mensurações apresentadas a seguir. As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas:

	Taxa à vista 2026	Taxa à vista 2025
USD	5,2194	5,7422
Cenário I Possível - 15%	6,0023	6,6035
Cenário II Provável - 30%	6,7852	7,4649

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Ativos financeiros	Exposição valor	Taxa 31/03/2026	Cenários I Provável	II 15%	III 30%	IV (15%)	V (30%)
Contas a receber - No exterior (USD)	835	5,2194	4.361	5.015	5.669	(3.707)	(3.052)
Contas a receber - Partes relacionadas (USD)	67	5,2194	352	405	458	(299)	(246)

Ativos financeiros	Exposição valor	Taxa 31/03/2025	Cenários I Provável	II 15%	III 30%	IV (15%)	V (30%)
Contas a receber - No exterior (USD)	1.000	5,7422	5.742	6.604	7.465	(4.881)	(4.020)
Contas a receber - Partes relacionadas (USD)	86	5,7422	492	565	639	(418)	(344)

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio: *Risco operacional:* Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. ***Gerenciamento do capital:*** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Empresa para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2026	2025
Total passivo	**319.129**	**317.113**
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(37.814)	(98.781)
Dívida líquida	281.315	218.332
Total patrimônio líquido	282.392	479.950
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado em 31 de março	**1,00**	**0,45**

Classificação dos instrumentos financeiros: A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Ativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total 2026
Caixa e equivalente de caixa	37.814	–	37.814
Outras contas a receber	19.684	–	19.684
Empréstimos com partes relacionadas	91.258	–	91.258
Contas a receber de clientes	125.043	–	125.043
Total	**273.799**	**–**	**273.799**
Passivos			
Fornecedores	–	102.787	102.787
Valores a pagar a empresas ligadas	–	135.604	135.604
	–	**238.391**	238.391

Ativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total 2025
Caixa e equivalente de caixa	98.781	–	98.781
Outras contas a receber	18.552	–	18.552
Empréstimos com partes relacionadas	93.346	–	93.346
Contas a receber de clientes	230.526	–	230.526
Total	**441.205**	**–**	**441.205**
Passivos			
Fornecedores	–	94.288	94.288
Valores a pagar a empresas ligadas	–	19.971	19.971
	–	**114.259**	**114.259**

22. Eventos subsequentes: Pagamento de royalty: Em maio de 2026, a Empresa pagou *Royalty* no montante de R$1.183K (U$$ 234K) a Columbian Intl. Chemical Corp referente ao mês de março de 2026; R$1.580K (U$$ 316K) referente ao mês de abril de 2026 e R$ 880K (U$$ 175K) referente ao mês de maio de 2026. **Pagamento de HQ Rebill:** Em maio de 2026, a Empresa pagou *Headquarters Rebill* no montante de R$14.703K (U$$ 2.932K) a Birla Carbon U.S.A. Inc. referente aos meses de abril a dezembro de 2025.

DIRETORIA

Adilson Trevisan - Diretor Financeiro

Fabio Fernandez dos Santos

Profissional da Contabilidade - Contador - CRC 1SP-218483/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Quotistas da Birla Carbon Brasil Ltda. - Cubatão - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Birla Carbon Brasil Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Birla Carbon Brasil Ltda. em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de junho de 2026

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Alyster Suusmann Pere
Contador CRC 1SP230426/O-9

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 18/06/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/06/18/BIRLACARBON1589809318062026.pdf
Hash:1781721360a843977e37b34ce8bdc73e4a847122b0